

Chissano propõe a Durão Barroso papel mais activo no processo de paz em Moçambique

Portugal admite participar na formação de exército único

Dúblico

1/2/92

Teresa Lima em Maputo

O Presidente Chissano convidou Portugal a intervir mais directamente no processo de paz em Moçambique. Durão Barroso admitiu que Portugal poderia participar na constituição de um exército único. Mas, antes de qualquer decisão, Lisboa aguarda que todas as partes envolvidas apresentem convites formais.

Portugal foi formalmente convidado pelo Presidente Joaquim Chissano a participar como observador no processo de paz em Moçambique.

O pedido foi feito ontem durante uma audiência que durou mais de três horas que Chissano manteve no seu gabinete de trabalho com o secretário de Es-

tado português para a Cooperação, Durão Barroso.

Segundo declarações de Durão Barroso ao PÚBLICO, Portugal já estava na prática envolvido no processo, tendo em conta os contactos mantidos por governantes portugueses, tanto com o governo moçambic-

cano como com a Renamo. "O que se passou agora foi o pedido formal da nossa participação", sublinhou.

Os primeiros passos a dar agora serão o estabelecimento de contactos com ambas as partes, para ver quais os mecanismos e formas de apoio, tendo

Durão Barroso adiantado que Portugal poderá participar na formação de um exército único após a assinatura de um cessar-fogo bem como se associar ao processo eleitoral com o envio de peritos para a área.

A peritagem militar junto à mesa de conversações por parte

dos portugueses far-se-á quando as discussões ultrapassarem a actual fase política e avançarem para o debate sobre questões militares.

Durão Barroso negou, todavia, que o papel concedido agora a Portugal possa de alguma forma alterar o desempe-

nho da Itália na mediação, acrescentando que outros países foram também convidados para aumentar o número de observadores.

Concedendo diferenças, algumas significativas, aos processos de paz em Angola e Moçambique, o diplomata português considerou, contudo, ser possível utilizar a "gramática angolana" no caso moçambicano. Durão Barroso mostrou-se optimista quanto às negociações de Roma que não deixou de classificar de complexas e morosas, mas cujas dificuldades não são, a seu ver, "intransponíveis".

Negou categoricamente que eventuais endurecimentos de posições da Renamo à mesa das negociações resultem de encontros anteriores que Afonso Dlakhama possa ter tido com as autoridades portuguesas, como apontam alguns observadores.

Durão Barroso disse ainda que um sistema de garantias recíprocas é vital e necessário visto que a confiança mútua não se constrói de um dia para o outro. Sugeriu a título de exemplo que as eleições devem ser supervisionadas por observadores internacionais.

Entretanto, fontes do Governo, garantiram ao PÚBLICO que Lisboa "só alterará a sua postura" relativamente ao processo de paz em Moçambique em caso de todas as partes envolvidas "solicitarem de forma expressa e clara" a vontade de Portugal

intervir mais directamente naquele processo. Todavia, as mesmas fontes, confirmaram que nos últimos meses tanto a Renamo como o Governo de Moçambique têm solicitado a Portugal essa intervenção sem, no entanto, a terem por agora formalizado. ■

LUIS RAMOS



Durão Barroso confirmou convite formal de Chissano